

# PROJETO DE LEI Nº      , DE 2020

Determina a instalação de infraestrutura para a recarga de veículos elétricos nas edificações de uso coletivo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Os Municípios disporão acerca da instalação obrigatória de infraestrutura para a recarga de veículos elétricos nas edificações de uso coletivo.

§ 1º As instalações de que trata o *caput* observarão as especificações técnicas aprovadas no âmbito do Sistema Nacional de Normalização, Metrologia e Qualidade Industrial (SINMETRO).

§ 2º As edificações maiores, de natureza comercial, deverão oferecer a possibilidade de recarga rápida, na forma da regulamentação municipal.

§ 3º As instalações deverão propiciar a cobrança individualizada da energia consumida.

§ 4º As edificações caracterizadas como de interesse social poderão ser dispensadas, até 31 de dezembro de 2030, das exigências de que trata esta Lei.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

É necessário realizar as preparações para a grande mudança de paradigma na mobilidade pessoal representada pelos veículos elétricos.



SF/21814.32877-66

De fato, as principais nações do mundo já traçam planos para o abandono dos motores a combustão e a utilização exclusiva desses veículos em futuro próximo.

Nesse sentido, é importante que o Brasil não fique para trás, o que poderia ter consequências desastrosas para nossa indústria automobilística, para a pesquisa e desenvolvimento de nossa ciência, e mesmo para a garantia de um transporte mais seguro, moderno e sem emissões de poluentes e gases de efeito estufa.

Assim, nossa proposta visa a equacionar um dos gargalos que impedem a adoção dos veículos elétricos no Brasil, que é a baixa presença de infraestrutura de recarga em nossas edificações de uso coletivo.

Nosso projeto baseia-se no art. 10 da Lei nº 1.964, 11 de julho de 2019, da Colômbia, que trata justamente dos requisitos urbanísticos para facilitar essa transição. Evidentemente, alteramos nossa proposta para adequá-la às nossas especificidades, mas a ideia é a mesma, qual seja, determinar que os municípios criem suas regras para a instalação da infraestrutura de recarga necessária, com base em um regramento nacional do ponto de vista técnico.

Certos da importância do tema aqui tratado, esperamos contar com o voto de aprovação dos nobres Parlamentares para a proposta ora apresentada.

Sala das Sessões,

Senador **CIRO NOGUEIRA**

